

Arquivo

DIOP Doc. Div. 018

PROJETO DE CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES
EM EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS
COM UTILIZAÇÃO DE MULTIMEIOS

Rio de Janeiro, junho de 1987.

PROJETO DE CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS COM UTILIZAÇÃO DE MULTIMEIOS

1. Apresentação

O Projeto de Capacitação de Professores em Educação Básica de Jovens e Adultos com utilização de multimeios, constitui-se em uma das estratégias adotadas pela Fundação EDUCAR, para viabilização da diretriz relativa à capacitação de recursos humanos necessários à prática institucional.

Esse projeto deve ser visto como uma alternativa de capacitação de professores, que conjugada a outras modalidades de iniciativa da COORD, poderá compor a sua proposta de capacitação.

O Projeto, que é um trabalho conjunto entre a Fundação EDUCAR e o Instituto Manchete de Cultura pretende, com a utilização do meio televisão, ensino por correspondência e videocassete, constituir-se numa via de capacitação simultânea e ágil dos professores de Educação Básica de Jovens e Adultos.

2. Objetivo Geral

Desenvolver uma proposta alternativa de apoio à capacitação de professores de Educação Básica de Jovens e Adultos.

2.1. Objetivos Específicos

- Propiciar ao professor o entendimento de que toda proposta educativa é determinada por uma visão de mundo e de realidade, e que os métodos e técnicas de ensino refletem essa visão e essa realidade;
- oportunizar ao professor o conhecimento de técnicas de ensino referentes às áreas específicas de ensino, em educação básica (Língua Portuguesa, Matemática, Estudos Sociais e Ciências);
- oportunizar ao professor o conhecimento e a reflexão de temas inerentes à realidade social brasileira e, em particular, à educação e educação de adultos no país, com vistas ao desenvolvimento da sua capacidade crítica;
- contribuir para melhoria do desempenho dos professores na sua atividade docente.

3. Temas

Para atingimento dos objetivos do projeto serão desenvolvidos os seguintes temas:

- Tema 1 - A Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos

Tema 2 - A Educação de Adultos e a Situação do Analfabetismo no Brasil

- Tema 3 - Diferentes Movimentos e Experiências Atuais de Educação de Adultos no Brasil

Tema 4 - A Situação Atual do Professor de Adultos e Sua Formação

Tema 5 - O Educador de Adultos: Seu Papel e Sua Formação

Tema 6 - Princípios Metodológicos da Educação de Adultos

Tema 7 - O Adulto e Sua Aprendizagem em Programas de Educação Básica

Tema 8 - O Material Didático nos Projetos de Educação Básica

Tema 9 - Acompanhamento e Avaliação dos Participantes das Ações de Educação Básica

4. Clientela do Programa

O Projeto é destinado a professores de Educação de Jovens e Adultos com ou sem habilitação específica de 2º Grau para o exercício do magistério, atingindo assim, o professorado leigo.

O Projeto de Capacitação em Educação Básica de Jovens e Adultos, embora voltado para professores que atuam no Programa de Educação Básica — PEB, da Fundação EDUCAR, não foi formulado apenas a partir desse programa, mas, também, de conteúdos gerais da educação de adultos, podendo assim, atingir um professorado que atua em outros projetos ou em outras entidades.

Pelas características e abrangência do meio TV o programa será voltado para professores da zona urbana.

Pretende-se que o professor se constitua no eixo central do programa, tomando-se como conteúdo do mesmo, as condições de trabalho do professor, as condições de sua formação e aperfeiçoamento e a sua percepção da realidade social e educacional de que faz parte. O programa também pode ser

utilizado para atender às necessidades de capacitação de técnicos das COORD/supervisores e, ainda, de técnicos de entidades convenientes.

5. Alternativas de utilização do projeto

5.1. utilização do projeto via TV, em circuito aberto;

5.2. utilização do projeto via TV em circuito fechado, mediante utilização de videocassetes;

5.3. utilização do projeto via TV conjugada a modalidades de ensino por correspondência;

5.4. utilização do projeto via TV, conjugada a outra modalidade, de iniciativa da COORD.

6. Características do Projeto

6.1. DA SÉRIE DE TV

- Quanto à duração:

A série de TV constará de 24 programas, com 30 minutos de duração cada um, com previsão de seis meses de programação no total.

- Quanto à veiculação:

O projeto será veiculado semanalmente, às 9:00 de domingo, a partir de 4 de outubro do corrente ano até março de 1988, em todas as emissoras de televisão associadas ao Instituto Manchete de Cultura (relação da abrangência da emissora em anexo — Anexo 1).

- Quanto ao temário de cada um dos 24 programas da série:

Com base nos temas da série, procedeu-se à distribuição dos mesmos, programa por programa (Anexo 2).

- Quanto a produção dos programas:

Tendo em vista os objetivos do projeto e a clientela que pretende atingir, definiu-se como pontos principais a serem preservados na produção do programa:

- buscar no Programa de Capacitação via TV, na sua concepção, produção e recepção, coerência com a linha geral de capacitação de professores adotada pela Fundação EDUCAR, já que não é um projeto isolado da proposta global de capacitação dessa Fundação;

- considerar o professor enquanto adulto, integrante de uma categoria profissional e participante ativo do próprio projeto de capacitação;

- remeter cada assunto tratado à prática de trabalho do professor, indagando, questionando sobre de que modo os temas abordados são vistos pelos professores ou como determinada realidade apresentada, é vivida pelo professor que assiste o programa;

- incentivar os professores para que registrem suas observações sobre os temas, sugerindo inclusive novos assuntos e enviando correspondência à produção do programa;

- apresentar depoimentos ou entrevistas com educadores sobre cada assunto abordado, tomando esses depoimentos como conteúdos próprios do programa e não apenas como alternativas de formato;

- tratar dos temas relativos a prática do professor sempre relacionado-os às condições concretas (tipo de capacitação, condições salariais, condições de sala de aula) que os professores normalmente dispõem para realização de seu trabalho;

- indagar, a cada tema geral que for tratado, sobre qual é o nível de conhecimento dos professores a respeito dos mesmos e sobre o porque de seu maior ou menor conhecimento;

- considerar que cada programa da série, está relacionado com o que lhe é anterior e subsequente e com a proposta do programa como um todo que é a capacitação em educação básica de jovens a adultos;

- considerar na redação e produção do programa que o mesmo é destinado a professores que podem ou não ter formação para o magistério, devendo portanto a linguagem do programa, ser simples, concisa e objetiva, sem perder contudo o conteúdo da mensagem;

- considerar na redação e produção do programa, o fato de que o mesmo será predominantemente veiculado em recepção livre, onde o professor assiste isoladamente o programa, devendo portanto se preservar, no seu conteúdo, abrangência das informações e da indicação de fontes a nível de município, onde essas informações poderão ser complementadas.

- Quanto ao formato do programa:

Os programas da série terão um formato basicamente documental constituindo-se:

- de uma abertura onde os objetivos e a linha de desenvolvimento do programa serão colocados;

- um segmento documental com o registro de atividades práticas exemplificadoras do tema abordado;
- um debate em estúdio onde se pretende analisar o segmento documental, em seus principais aspectos;
- um segmento de opinião com participação de professores, administradores, líderes sindicais, especialistas em educação etc, sobre cada tema trabalhado;
- de uma sistematização do programa.

Este formato não é rígrado, podendo ser adaptado à temática de cada programa.

- Quanto à divulgação do programa:

Será desenvolvida uma campanha de mobilização da clientela, via televisão, na semana anterior e posterior à data de início do programa.

Durante a transmissão da série serão veiculadas chamadas especiais sobre cada um dos programas, num total de 21 chamadas por semana e 14 específicas e institucionais sobre a Fundação EDUCAR.

Ao lado dessa divulgação pela televisão, caberá a cada COORD definir, a partir da modalidade de recepção, o tipo de divulgação/mobilização a ser feita.

6.2. DA SÉRIE DE TV, EM CIRCUITO FECHADO, COM UTILIZAÇÃO DE VIDEOCASSETE

O projeto poderá ser utilizado em circuito fechado, através de videocassete, de forma simultânea ou não à transmissão pela televisão.

Cada COORD poderá dispor de cópias de cada um dos programas da série de TV, cabendo à mesma definir a melhor forma de utilizá-los.

A título de sugestão:

- utilização de apenas alguns programas da série, de acordo com as necessidades de capacitação do grupo;
- utilização da modalidade de videocassete conjugada aos módulos de ensino por correspondência;
- utilização da modalidade de videocassete complementando ou sistematizando o processo de capacitação via direta.

6.3. DO ENSINO POR CORRESPONDÊNCIA

O projeto de capacitação via TV, poderá ser utilizado de forma conjugada ao sistema de ensino por correspondência, a título de um maior aprofundamento dos temas abordados nos programas, propiciando, também, uma avaliação da eficácia de uma proposta de capacitação à distância para a atualização e aperfeiçoamento de professores.

O sistema de ensino por correspondência será constituído de módulos equivalentes aos programas da TV, contendo textos selecionados em função destes temas e sugestões de reforço à compreensão, aprofundamento, discussão e sistematização das questões.

Prevê-se o envio de módulos aos professores ou técnicos e a devolução da avaliação de cada módulo, para esclarecimentos e orientações que se fizerem necessários.

O ensino por correspondência dirige-se a professores de zona urbana, com 2º grau completo ou cursando, que estejam envolvidos em projetos conveniados com a Fundação EDUCAR.

Inicialmente, em caráter experimental, serão atendidos até 2.000 professores.

7. Recursos humanos envolvidos

7.1. A NÍVEL DE EDUCAR CENTRAL

O projeto contará com uma equipe a nível da EDUCAR Central, para:

- coordenar o projeto;
- acompanhar todas as etapas do projeto, desde a elaboração até a avaliação (produção da série de TV; produção dos módulos de EPC; implantação do projeto; avaliação, etc.);
- administrar a modalidade de ensino por correspondência.

7.2. A NÍVEL DE COORD

A ser definido.

8. QUANTO AO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA SÉRIE

Cada modalidade de utilização do programa merecerá um tipo específico de acompanhamento, controle e avaliação da série, a ser definido em cada COORD.

A nível nacional será elaborado um projeto de avaliação da proposta, em conjunto com a DIAPE - Divisão de Avaliação e Pesquisa.

9. CERTIFICAÇÃO

A EDUCAR está tentando junto ao Conselho Federal de Educação autorização para emitir certificado aos participantes do projeto de capacitação via TV conjugado ao ensino por correspondência.

AVALIAÇÃO DOS PROJETOS DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL,

EDUCAÇÃO INTEGRADA, AUTODIDATISMO, EDUCAÇÃO

COMUNITÁRIA PARA O TRABALHO e TREINAMENTO FORMAL. *Avaliação dos...*

SÍNTESE

AGOSTO/1982

PÁGINAS

INTRODUÇÃO	1
PROJETO DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL	4
PROJETO DE EDUCAÇÃO INTEGRADA	11
PROJETO DE AUTODIDATISMO	15
PROJETO DE EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O TRABALHO	22
PROJETO DE TREINAMENTO FORMAL	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28

Introdução

Visando incorporar as diretrizes do MEC, que estabelecem como prioridade a educação básica e o desenvolvimento cultural, o MOBRAL, como segmento dessa estrutura maior, buscou alternativas que se inserissem na atual política educacional brasileira.

Neste sentido, necessário se fez realizar uma análise crítica do desenvolvimento dos projetos inerentes à educação de adultos, para subsidiar a construção de um Programa de Educação Supletiva que viabilizasse a operacionalização efetiva da proposta educacional estabelecida pelo MEC.

Assim, tendo como objetivo este novo Programa, que deveria estar sendo implantado já em 1983, a Divisão — organizada em cinco grupos, cada qual responsável pelo reestudo de um projeto — se propôs a realizar um trabalho que, em curto espaço de tempo, pudesse dar as respostas a algumas das necessidades detectadas ao longo dos 12 anos de atuação do MOBRAL.

Ressalte-se, porém, que ao assumir este compromisso com a Instituição, havia consciência dos limites que se iria encontrar nesta tarefa: o pouco tempo a ela destinado, para que se constituísse em um efetivo momento de reflexão crítica; a opção pela participação maciça dos técnicos que, ao mesmo tempo, tinham de atuar numa linha de sustentação dos projetos; a inexistência de uma sistemática de avaliação a nível institucional, exigindo que, em tempo exíguo, se recuperassem dados relativos aos vários anos de existência de cada projeto.

Levando em consideração estes limites, foi construído o Plano Geral de Avaliação, onde se propôs uma forma simples de análise — a sistematização de opiniões — por meio das seguintes bases viabilizadoras:

. a utilização do material de avaliação (pesquisas, instrumentais de controle, etc.) já existente na Instituição, bem como de todas as informações disponíveis sobre os projetos, ao longo de sua execução. Com isto, previa-se a recuperação histórica de dados sobre cada projeto;

. a participação e contribuição dos envolvidos na ação do MOBRAL — a nível de MOBRAL Central, de Coordenação e de município. Considerou-se ser este um procedimento de suma importância, pois que, a partir da discussão, da troca de informações entre os diferentes níveis, chegar-se-ia a uma avaliação construída em conjunto.

A metodologia adotada — ao se fundamentar em tais procedimentos — caracterizou-se por ser bastante ágil, de modo a permitir um

processo de avaliação que acompanhasse o ritmo exigido pela construção da proposta de Educação Supletiva.

Ainda com base nas duas linhas mestras, passou-se à elaboração do "Roteiro de Análise dos Projetos da DISUP", que seria o instrumento para a coleta no campo — tanto nas Coordenações, quanto nos municípios — das informações consideradas necessárias à avaliação proposta.

Claro fique, no entanto, que tinha-se como propósito não só observar a prática dos projetos, mas também a relação entre sua proposta teórica e esta prática e, ainda, detectar os aspectos que levavam ao distanciamento entre a proposta de cada projeto e sua prática.

Assim, o corpo técnico da Divisão foi a campo, onde durante cinco dias, na maioria dos casos, atuou junto às equipes das Coordenações, visitou municípios, contatou agentes e beneficiários.

Este trabalho contou, todavia, com alguns entraves. Por força das circunstâncias, foi realizado na época da reestruturação administrativa a nível estadual, o que levou, muitas vezes, a que se encontrassem equipes novas — se não na Instituição, pelo menos no desempenho de suas funções.

Vale registrar, no entanto, a importância da participação das Coordenações, pois foi a partir daí que se obteve, efetivamente, a base para o desenvolvimento do estudo a que se propunha a Divisão.

De posse das informações coletadas, os grupos responsáveis pelos diferentes projetos procederam à sua sistematização, o que propiciou a análise relativa a cada componente constante do Plano Geral de Avaliação. Isto, no entanto, a partir de linhas específicas, estabelecidas por projeto.

Incorporaram-se, aí, os outros estudos já realizados e, assim, a Divisão se posicionou frente à realidade detectada sobre cada um dos projetos.

É grande a quantidade de materiais que compõem cada análise. Vale esclarecer que estes materiais, listados em anexo, encontram-se arquivados no DEPEC/DISUP.

O presente documento busca sintetizar as principais conclusões de todo o trabalho realizado, não como um produto acabado, mas

com o objetivo de subsidiar discussões entre Coordenadores e suas equipes, e entre técnicos dos diferentes níveis da Instituição. Com ele, pretende-se reunir, mais uma vez, elementos que contribuam para a construção do Programa de Educação Supletiva.

PROJETO DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL

A análise do PAF teve, como referencial, o confronto entre a concepção desse Projeto e a situação em que hoje se encontra a prática de alfabetização de adultos do MOBRL.

A concepção da proposta de alfabetização de adolescentes e adultos, contida nos documentos publicados ao longo desses anos, consolida-se através de um Projeto cujo corpo metodológico — dos objetivos à avaliação — procura resguardar os princípios essenciais do modelo educativo preconizado pela Instituição. Assim é que os objetivos do PAF extrapolam a instrumentalização nas técnicas de leitura, escrita e cálculo, buscando propiciar, através dessas técnicas, não só o acesso ao conhecimento, mas também a promoção do homem como um todo, inscrito num contexto social.

A premissa básica dessa proposta localiza-se no aproveitamento da própria experiência de vida da clientela adulta como ponto de partida para a construção de um novo conhecimento, a ser utilizado por todos. Dentro dessa premissa, a necessidade de participação do grupo é um componente fundamental.

Por tudo isso, o método de alfabetização eleito privilegiou o diálogo, a discussão crítica da realidade, o trabalho a partir de situações concretas vivenciadas pelos participantes, implicando, portanto, um conteúdo conjuntamente construído e colocado de forma tão global quanto as várias dimensões da experiência humana. Os recursos metodológicos — cartazes e palavras geradoras — foram selecionados tendo em vista a possibilidade de desencadear um processo de questionamento de situações concretas de vida. O material didático — único, por se tratar de um projeto de massa — teria os efeitos de sua centralização minimizados pela presença de alfabetizadores da própria comunidade dos alunos, capazes, portanto, de dar um tratamento local à proposta metodológica do PAF.

E a partir dessas grandes linhas que serão analisados os dados da situação do Projeto de Alfabetização Funcional.

1. Os objetivos gerais do PAF, na prática, parece que se encontram limitados ao trabalho com as técnicas de leitura, escrita e cálculo, quer pelo fato de o nível de expectativa da clientela se reduzir a esse domínio, quer pela curta duração do Projeto e/ou ainda pelo nível do alfabetizador. Faltou um acompanhamento específico dos rumos tomados pelos

egressos do PAF, para que fosse possível verificar a influência do processo de alfabetização na maior integração da clientela à comunidade e na melhoria de suas condições de vida. Outro ponto reside no fato de que estes mesmos propósitos não chegaram a ser colocados sob a forma de indicadores que facilitassem medir o seu alcance.

De acordo com o pronunciamento das Coordenações, mesmo os objetivos terminais do PAF, que dão conta do aspecto instrumentalizador da alfabetização, têm o seu atingimento questionado no desenvolvimento do Projeto. E os motivos desse questionamento são:

- alfabetizadores não qualificados;
- duração insuficiente do PAF;
- metodologia complexa, levando em conta os recursos humanos disponíveis;
- gratificação irrisória;
- material inadequado e defasado;
- carência de recursos humanos para um melhor acompanhamento;
- infrequência dos alunos;
- resistência da clientela.

2. A apreciação da proposta metodológica do PAF, feita pelas Coordenações e Agentes, localizou-se muito mais nas dificuldades dos recursos e procedimentos que dão conta de sua operacionalização do que no enfoque metodológico propriamente dito; as críticas mais contundentes localizam-se no cartaz e na palavra geradora, quer pelo desinteresse da clientela diante desses recursos, quer pela dificuldade do agente em trabalhá-los.

O conteúdo do PAF, que deveria ser reflexo de um conhecimento construído em conjunto por agentes e participantes do Projeto, carece de maior aprofundamento, principalmente em função da discussão dos objetivos da proposta de alfabetização.

As informações prestadas pelas Coordenações e as próprias pesquisas existentes sobre o PAF não oferecem subsídios suficientes para que hoje seja possível apreciar a qualidade do desenvolvimento desse conteúdo.

No entanto, fazendo uma correlação entre objetivos e conteúdo do Projeto, podem-se tecer alguns comentários a esse respeito. Se há indicações de que os objetivos vêm sendo trabalhados apenas no nível da instrumentalização, supõe-se que a proposta de um conteúdo educativo construído a partir das experiências

de vida dos participantes venha ocupando um papel secundário dentro do processo de alfabetização, o que não era proposta inicial do PAF.

Duas outras questões merecem ser colocadas sobre esse tema. A primeira delas é o fato de que não se tem uma idéia definida do modo como chega e é recebida pela clientela do Projeto uma proposta de trabalho educativo que conta com sua participação, para ser operacionalizada. A segunda diz respeito ao próprio modelo de educação idealizado pelos alunos do PAF. Não há, hoje, suficiente respaldo de estudos científicos para se inferir se essa clientela tem expectativas de aprendizagem semelhantes ao ensino formal. De qualquer modo, um maior conhecimento dessa expectativa será imprescindível na composição de uma nova proposta de Educação Supletiva.

É imprescindível, ainda, considerar que, nos depoimentos acerca da clientela do Projeto, o indivíduo analfabeto foi quase sempre definido psicologicamente por características tais como: profunda timidez, insegurança, inibição, pouca comunicação, conformismo, passividade, entre outras do mesmo gênero. Essas características, apesar de resultado da manifestação de impressões de quem detém o conhecimento da prática, vêm ao encontro de representações que o analfabeto tem de si mesmo, como caráter de nulidade, submissão, inferioridade e marginalização da vida social, entre outras, encontradas em pesquisas, tais como "O Cavalo dos Outros - um estudo sobre a categoria social educação e os alunos do Programa de Alfabetização Funcional do MOBRAL".

Um propósito de conhecimento elaborado em conjunto, obviamente sugere um processo cujo desenvolvimento nem sempre poderá ocorrer no período de cinco meses, como é o caso do PAF.

E aliando-se essas características psicológicas às de caráter sócio-econômico da clientela, imediatamente coloca-se a questão de que a operacionalização desse Projeto, através de um único modelo, não vem dando conta, satisfatoriamente, da multiplicidade dessas características, que se apresentam de modo globalizado, no curso da ação educativa.

Foi ressaltado, por exemplo, que as condições de trabalho da clientela do PAF nem sempre permitem sua frequência ao Projeto, considerados o período de implantação, a carga horária e a duração do mesmo.

É preciso rever, inclusive, a dimensão cultural da alfabetização e recuperar, dentro desse processo educativo, a valorização de participante enquanto pessoa numa trajetória de vida própria em processo de interação social.

3. A apreciação sobre a continuidade do processo educativo pelos participantes do PAF encontra-se prejudicada, entre outros fatores, por lacunas no sistema de acompanhamento e controle, sistema esse que não permite visualizar adequadamente a circulação da clientela pelos diferentes Projetos.

À parte desse problema, a questão também pode ser analisada sob os seguintes aspectos:

- pouca abrangência dos Projetos que poderiam absorver os egressos do PAF;
- defasagem entre o conteúdo desses Projetos;
- pouca precisão das condições de entrada e saída da clientela nos Projetos de Educação Supletiva.

4. Após longos anos de utilização do material didático do PAF, os depoimentos parecem indicar certa oposição à premissa de que o uso de um material único, a nível de país, teria razão de ser pela seleção de palavras geradoras de cunho universal, além de haver a possibilidade de o alfabetizador dar à linguagem um tratamento local, em função de pertencer à mesma comunidade dos alfabetizandos.

As restrições feitas aos cartazes geradores e ao livro de leitura prendem-se, sobretudo, à inadequação das imagens e palavras à realidade do alfabetizando. E, de um modo geral, a subutilização/utilização incorreta do material apresenta-se como consequência do nível do alfabetizador. Nesse sentido, merecem ser levadas em conta as críticas à falta de exercícios nos Livros de Linguagem e de Matemática, o que também vem reforçar lacunas na sistemática de qualificação desse agente. O alfabetizador não só tem dificuldade de adequar os conteúdos à realidade local como conhecendo pouco a fundamentação didática de cada passo do método de alfabetização, tem dificuldade na criação de atividades que visem ao domínio das habilidades de leitura, escrita e cálculo.

Se o material didático representa um recurso para viabilizar a proposta metodológica do PAF, as colocações anteriores também são pertinentes à avaliação deste componente. Assim é que faz-se necessário repensar o material didático de alfabetização, levando-se em conta:

- as contribuições críticas contidas nos diferentes documentos de avaliação;

- a consideração da cultura local/regional, numa produção descentralizada;
- o caráter de simplicidade de que se deve revestir o material didático, quer para o alfabetizando quer para o alfabetizador, envolvendo não só aspectos pedagógicos mas também operacionais;
- a experiência de produção de material didático acumulada ao longo dos anos pela Instituição, que pode subsidiar os critérios pedagógicos e gráficos de elaboração.

5. Quanto aos aspectos de acompanhamento, controle e avaliação do Projeto de Alfabetização Funcional, a parte dos problemas específicos de tais procedimentos, chega-se à conclusão de que, atualmente, eles não vêm integrando, de forma ideal, o sistema de Educação Permanente do MOBREAL. Isso se verifica pela não-adoção de mecanismos que permitissem visualizar, no PAF e em cada Projeto de Educação Supletiva, aquilo que lhe é específico e também sua relação com o todo.

Tudo parece confirmar que ainda não se chegou a uma exata medida do significado da sistemática de supervisão, controle e avaliação, no contexto de um programa educativo de massa.

6. Ao serem analisadas as informações relativas aos recursos humanos envolvidos no PAF, depara-se com um dos maiores problemas apontados pelas Coordenações, cuja interferência afeta, direta ou indiretamente, o desenvolvimento global do Projeto de Alfabetização. Trata-se da figura do alfabetizador do MOBREAL, que parece centrar toda a ampla problemática do Projeto.

Hoje, uma breve tentativa de caracterização dos alfabetizadores leva, de imediato, a situá-los no mesmo quadro de carência em que se inscreve a clientela do PAF. A maior diferenciação estaria no nível de escolaridade dos primeiros em relação aos últimos, mesmo assim, sem grande distanciamento entre esses níveis.

Se, por um lado, é válido que o alfabetizador seja um elemento da comunidade, estabelecendo uma relação de horizontalidade com a clientela, por outro, não tem sido esse fato condição suficiente para garantir seu bom desempenho como educador de adultos.

No que diz respeito à estratégia de capacitação do alfabetizador, os maiores problemas registrados nos depoimentos se referem a questões financeiras (diária para permanência do alfabetizador nos locais de treinamento) e ao próprio alfabetizador que,

pela baixa escolaridade, não vem respondendo satisfatoriamente aos investimentos feitos na sua qualificação.

Deve-se questionar, também, o próprio conteúdo da estratégia de capacitação adotada, que, não obstante ser diversificada, restringe-se a conferir maior ênfase a conteúdos metodológicos ou a conteúdos gerais que devem contribuir para o desempenho do agente no desenvolvimento do Projeto.

Essa capacitação, em verdade, não se tem voltado enfaticamente para a proposta educativa do PAF, mas sim para os seus aspectos metodológicos e operacionais. Tal fato faz com que alfabetizadores, principalmente os mais antigos, cheguem a ter um certo domínio sobre como se desenvolve o Projeto, sem, contudo, terem incorporado o porquê de o processo se dar de um determinado modo.

Sabe-se, ainda, que a estratégia de qualificação dos alfabetizadores do PAF não vem, efetivamente, considerando a sua dimensão de adultos, que, enquanto tal, deveriam ser também sujeitos de um processo de maior diálogo e discussão crítica de suas experiências de vida.

Cabe registrar uma última reflexão sobre o modo como vem ocorrendo a qualificação — não mais dos alfabetizadores — porém daqueles que os qualificam e que, em última análise, se reciclam a partir dos resultados dessa prática (supervisores de área e estaduais, equipe técnica das Coordenações e MOBRAL Central). Vale investigar a medida de preservação da qualidade dos treinamentos por efeito multiplicador, tanto do ponto de vista de se ter assegurada a unidade da proposta de trabalho, quanto do retorno dos efeitos desta ação.

7. Outro dos grandes pontos de estrangulamento no desenvolvimento do PAF é o suporte financeiro. Os maiores entraves relacionam-se à baixa gratificação do alfabetizador e à insuficiência da verba para as despesas administrativas destinadas ao Projeto. Coloca-se, também, como de grande influência negativa, o atraso no repasse dos recursos financeiros, que acaba agravando ainda mais sua situação, tida como precária.

De acordo com o perfil obtido do Projeto de Alfabetização Funcional, podem ser ressaltadas algumas tendências principais:

- distanciamento entre a prática educativa do PAF e os pressupostos teóricos que a norteiam;

- distanciamento entre a prática isolada do PAF e o modelo de Educação Permanente que circunscreve o Projeto;
- grande desgaste do modelo de desenvolvimento do PAF e inexpressividade das adequações da proposta educativa às condições reais para seu desenvolvimento;
- não-incorporação ou incorporação precária, por parte do MOBREAL, das variáveis — de ordem pedagógica e administrativa — que interferem no modo como o Projeto está sendo desenvolvido no campo.

Essas tendências identificadas no desenvolvimento do PAF, são também reflexos de um conjunto de fatores técnicos e administrativos que extrapolam o Projeto, sendo afetos às próprias condições de desenvolvimento do trabalho da Instituição.

PROJETO DE EDUCAÇÃO INTEGRADA

O estudo realizado sobre o Projeto de Educação Integrada pôde levar à constatação imediata de dois pontos básicos: a validade de sua existência como resposta a uma necessidade da clientela e, paradoxalmente, a dificuldade sentida em sua operacionalização.

Foram identificados alguns indicadores da dificuldade quanto à operacionalização do PEI, que serão analisados a seguir.

Pouca ou não-utilização dos objetivos terminais e intermediários do PEI, que não favorecem a globalização e articulação das áreas de estudo e a não correspondência integral dos objetivos com o conteúdo abordado no material didático.

Em decorrência da origem, a clientela é heterogênea, porque os alunos têm diferentes níveis de aprendizagem, o que dificulta o atendimento por parte do professor. Na sua maioria, são pessoas evadidas da 2a. e 3a. séries do antigo primário. Outras vezes são recém-alfabetizados, que têm dificuldade em acompanhar o PEI.

Quanto à faixa etária, a clientela é composta por adolescentes e adultos, de 14 a 40 anos, sendo que, destes, três quartos têm no máximo 24 anos, segundo pesquisa do NUPES. De baixa renda, essa clientela localiza-se, em sua maioria, na zona urbana e periferia das cidades, onde existe maior oportunidade de ingresso no mercado de trabalho.

A maioria dos alunos está integrada na força de trabalho, possuindo ocupações definidas (operários, pintores, comerciantes, domésticas, lavadeiras, etc.), caracterizando-se também por extrema mobilidade.

Segundo informações, a maior ou menor frequência às aulas se deve: no 1º caso, à motivação do aluno pela continuidade dos estudos, à validade legal do curso, à estabilidade residencial do aluno e ao fácil acesso aos locais de funcionamento do projeto; e, no 2º caso, ao cansaço provocado pelo trabalho diário, à grande mobilidade, ao despreparo do professor, à dificuldade de acesso às classes, à má alimentação e desinteresse do aluno, e à interferência das férias de verão.

O conteúdo, segundo algumas Coordenações, é pouco adequado à clientela.

A não-equivalência de alguns conteúdos do PEI dificulta o acesso do aluno à 5a. série do Ensino Regular. Por outro lado, há

Coordenações que afirmam ser o conteúdo equivalente às 4 séries iniciais do 1º grau, podendo ser desenvolvido em 720 horas, quando a clientela é proveniente de zona urbana e quase sempre evadida da 3a. série completa ou incompleta.

A metodologia do PEI não é aplicada pela maioria dos agentes.

A não-aplicação e/ou a incorreta aplicação da metodologia tem como causa sua complexidade, o despreparo e a não-disponibilidade do professor e, conseqüentemente, a rejeição ao método de articulação de áreas de estudo, a partir do trabalho com o texto gerador.

A operacionalização da metodologia do PEI requer, além de habilitação didática, um treinamento inicial, tendo em vista sua especificidade e o nível de escolaridade do agente. Pressupõe-se que este agente, com escolaridade de 1º grau, recebe, tão-somente, o conteúdo das áreas de estudo, não se tornando habilitado para atuar como professor, uma vez que lhe faltam os conhecimentos didáticos.

Os treinamentos, de modo geral, são deficientes. Isto pode ser analisado, sumariamente, sob diferentes aspectos: inabilidade do treinador, perda da unidade de conteúdo no efeito multiplicador, restrição da carga horária, dificuldade de grupalização dos participantes, descontinuidade no processo de capacitação.

Muitas vezes, a montagem e a execução dos treinamentos são feitas com ênfase nos aspectos teóricos, em detrimento da prática e da fixação do conteúdo.

O material didático não é utilizado por muitos agentes.

Tendo em vista a não-aplicação da metodologia do PEI, o material é substituído por outro ou é utilizado apenas como complementar. Alega-se, como justificativa, o número insuficiente de atividades existentes nos livros de Comunicação e Expressão, Matemática e Integração Social e, também, o vocabulário, não acessível à clientela.

A adequação do material — elaborado para atendimento a nível nacional — à realidade regional ou local, torna-se difícil, devido à pouca qualificação do agente, o que o leva a utilizar outros materiais do ensino regular.

Outra referência quanto à não-utilização do material didático é a falta de seqüência, em relação ao nível de complexidade

na apresentação dos conteúdos, principalmente em Comunicação e Expressão, dificultando o planejamento do professor e o trabalho em sala de aula.

Por outro lado, aspectos positivos foram mencionados quanto ao material: as atividades propostas conduzem à reflexão, apelam para a realidade local; consideram-se as legendas bem construídas; a apresentação e o acabamento são tidos como de boa qualidade, com ilustrações variadas e adequadas à realidade da clientela. Foi aludido que o material do PEI é coerente com os objetivos da educação de adultos.

A avaliação do aluno, muitas vezes, se restringe à avaliação final, imposta pelas Secretarias de Educação, face à necessidade de se fornecer atestados.

Outras vezes, tal fato ocorre pela insegurança dos agentes em considerar o aluno apto a receber o "atestado de escolarização", e por não haver um critério de avaliação do rendimento do aluno, estabelecido pelo MOBREAL.

O controle e o acompanhamento, no desenvolvimento do PEI, têm sido deficientes, não se permitindo, assim, uma avaliação precisa do projeto.

Muitos erros vêm ocorrendo no preenchimento dos instrumentais de controle.

O preenchimento falho dos instrumentais é, em geral, atribuído às orientações inadequadas ou insuficientes, decorrentes da falta de capacitação administrativa dos Supervisores e, ainda, pelo excesso de instrumentais de controle.

O erro no preenchimento provoca demora na tramitação dos instrumentais e, conseqüentemente, o não-processamento dos convênios na DIPRO. Daí, o atraso no pagamento dos professores.

A supervisão ao Projeto vem acontecendo de maneira inadequada, resultante da pouca disponibilidade de recursos humanos (SUSUG) e financeiros. Embora criado para exercer a supervisão/acompanhamento, o SUSUG, pelo acúmulo de tarefas, exerce um acompanhamento assistemático, com orientações fragmentadas, impedindo a percepção das reais necessidades dos agentes, o que resulta em realimentações precárias.

Há escassez de recursos financeiros para a gratificação dos agentes e despesas administrativas.

Os aspectos administrativos, notadamente o "suporte financeiro", são uma das causas mais destacadas das dificuldades operacionais do Projeto.

O funcionamento do PEI, muitas vezes, é comprometido pela baixa gratificação dos agentes — que impossibilita a seleção de pessoal qualificado — e, ainda, pela pouca representatividade do DA para fazer frente às despesas de acompanhamento e de material de consumo.

Devido a esta baixa gratificação, há uma freqüente mobilidade dos agentes, impedindo que a capacitação seja complementada em serviço, por meio de uma supervisão sistemática.

Dessa forma, a rentabilidade do PEI fica comprometida com a pouca qualificação do agente.

Finalmente pode-se afirmar que, além dos fatores já citados, que dificultam a operacionalização do projeto, são também relevantes os seguintes:

- falta de uma avaliação sistemática do Projeto, que se detenha, particularmente, na atuação do agente, no desempenho do aluno e no próprio processo de ensino-aprendizagem;
- falta de maior integração do MOBREAL com as secretarias/ entidades. Esta integração facilitaria o planejamento e estudo conjuntos, a supervisão integrada com as entidades e o cumprimento das obrigações das cláusulas dos convênios.

PROJETO DE AUTODIDATISMO

O Projeto de Autodidatismo apresenta como grande dificuldade, com relação aos objetivos propostos, a impossibilidade de se verificar até que ponto eles foram atingidos.

Neste sentido, não foi possível apurar, a nível dos objetivos gerais, em que medida "a participação dos alfabetizadores no PAD contribuiu para um maior índice de produtividade no Projeto de Alfabetização" ou, ainda, se o fato de os ex-alunos do PAF participarem do PAD proporcionou-lhes maiores oportunidades de "se autotransformarem, evitando a marginalização". O objetivo de "ampliar a atuação do Posto do MOBREAL", com a implantação do Autodidatismo, não é adequado, porque o Posto se localiza na zona urbana e a orientação sempre foi a de que o Projeto deveria servir, prioritariamente, à clientela da área rural.

Acreditamos que o grande problema dos objetivos gerais do PAD está no fato de serem amplos, difusos, difíceis de serem medidos.

Quanto aos objetivos específicos, ao se abandonar, na fase de expansão, o direcionamento do Projeto para a equivalência ao ensino das 4 primeiras séries do 1º grau, deixou-se de lado, também, a preocupação com a avaliação do aluno, o que torna impossível a verificação do seu processo de aprendizagem.

O objetivo de aprender por aprender, sem garantir uma certificação, ao invés de estimular, desencoraja os participantes que, ao estudarem, têm sempre objetivos mais imediatos do que a pura e simples "ampliação de conhecimentos", a qual não lhes permite prosseguir estudos.

No que se refere à clientela atendida pelo Projeto, a análise das orientações fornecidas ao longo do tempo indica que alfabetizadores e ex-alunos do PAF sempre foram considerados como prioritários, em termos de participação. Entretanto, a orientação atual é menos enfática e menos precisa neste sentido, não priorizando, da mesma forma que em anos anteriores, o atendimento a estas duas categorias de beneficiários.

Enquanto na fase experimental o maior percentual de inscritos pertencia à categoria de ex-alunos do MOBREAL, as conclusões básicas sobre a clientela da fase de expansão indicam que o atendimento a egressos do PAF é, minoritário, sendo grande sua dificuldade em acompanhar os conteúdos. Como não têm condições de estudar sozinhos, necessitam de orientação individual, dependendo muito do auxílio do monitor. Não estão preparados

para entender os conteúdos dos temas, o que acarreta um desestímulo para a continuidade no Projeto.

Os alfabetizadores mostram interesse pelo PAD. Entretanto, fato é que os alfabetizadores inscritos desistem tão logo o convênio do PAF é encerrado.

Observa-se, portanto, que na fase de expansão, a clientela prioritária não deixou de ser atendida, porém, isto ocorreu de modo menos significativo do que na fase experimental. Além disso, a medida que mais se distancia o período inicial de expansão, essa orientação vai deixando de ser cumprida, permitindo um atendimento mais abrangente aos alunos e professores do Ensino Regular, quer como curso, quer como fonte de consulta.

Na verdade, o PAD vem atendendo, em grande parte, aqueles que já freqüentam uma escola, oferecendo, assim, mais uma oportunidade de estudo a quem já tem, em detrimento da clientela sem reais condições para estudar.

Vale ressaltar, ainda, que as informações indicam um maior atendimento à clientela da zona urbana de cidades de médio e grande porte. Embora não haja um estudo sobre a população dos municípios onde o Autodidatismo está implantado, acredita-se que, gradativamente, os critérios para a seleção de municípios, estabelecidos desde a fase de implantação, foram sendo abandonados.

Apesar de bem intencionado teoricamente, pode-se dizer que, na prática, o Projeto de Autodidatismo não vem atendendo, de modo significativo, a clientela prevista.

Os dados analisados mostram que os alunos egressos do PAF apresentam dificuldade na assimilação dos conteúdos, devido à falta de habilidades para interpretar os textos e usar os Roteiros. Entretanto, alunos do PEI e alfabetizadores consideram os conteúdos de fácil compreensão, colocando em prática o que aprenderam e complementando, em parte e ocasionalmente, os materiais do PEI e do PAF.

Segundo informações das Coordenações, os conteúdos de Comunicação e Expressão apresentam riqueza de conceitos, informações, etc. Para algumas, a forma como a gramática é apresentada dificulta a sua compreensão.

No que se refere à Matemática, seus conteúdos ao mesmo tempo que vão ao encontro dos interesses e necessidades da clientela,

são considerados complexos, sendo necessário que os responsáveis pelo desenvolvimento do Projeto recebam orientações de outros elementos da comunidade.

É apontada, ainda, a necessidade de um maior aprofundamento/atualização de alguns conteúdos, sobretudo os referentes às áreas de Integração Social e Ciências e de Comunicação e Expressão. Além disso, sugere-se a inclusão de novos Roteiros e a revisão dos atuais conteúdos, de modo a atingir a equivalência do PAD às 4 primeiras séries do 1º grau, chegando-se a considerar a possibilidade de estender a equivalência até a 8a. série do 1º grau.

As informações coletadas com relação à metodologia parecem indicar que ela é bem aceita e de execução viável. Entretanto, não tem sido aplicada corretamente, por problemas tais como: baixa qualificação do monitor, decorrente da baixa gratificação que recebe e de sua pouca disponibilidade; impossibilidade de trabalho sistemático com a clientela, devido às suas características e à dificuldade de deslocamento, tanto do participante, quanto do monitor.

Outros dados apontam que a metodologia é adaptada de acordo com as diferentes situações e realidades locais. Em muitos casos, os Roteiros são distribuídos de acordo com a escolha do participante e o atendimento é individual. Em outros, principalmente quando o Projeto é utilizado na capacitação de alfabetizadores, os temas são determinados pelo monitor, visando ao estudo, em grupo, de um só Roteiro, o que permite a troca de idéias, favorece a dinamização do Projeto e facilita o acompanhamento por parte do monitor. Outra ponderação é quanto ao fato de não existir um período de tempo estipulado entre o início e o término da participação do aluno no Projeto — que deveria beneficiar o próprio participante —, o que dificulta o controle, por parte do monitor, e desestimula o aluno.

Segundo os dados trabalhados, pode-se dizer que o problema mais sério da metodologia do Autodidatismo é o de não haver avaliação sistemática do aluno após o trabalho com os diferentes Roteiros.

Em alguns casos, as COMUN estão elaborando instrumentais de avaliação, ou seja, testes escritos, para verificar se o participante aprendeu o conteúdo estudado e pode passar ao estudo de um novo Roteiro.

As dificuldades do monitor para operacionalizar a metodologia do PAD, aliadas à não-exigência de avaliações sistemáticas, através de testes — coerente com a indefinição dos objetivos —, tornam impossível a verificação da aprendizagem após o estudo de cada Roteiro.

No que se refere ao material didático atualmente em uso, é importante deixar claras as contradições encontradas nas informações trabalhadas.

Existem observações que levam à constatação de que o material é acessível, claro, diversificado, e atende aos interesses não só da clientela prioritária, como também de alunos e professores do Ensino Regular. Entretanto, merece destaque o dado, sempre enfatizado, de que os alunos egressos do PAF, em sua maioria, não conseguem acompanhar o Projeto por deficiência não só de leitura, como também por dificuldade de utilizar os diversos materiais ao mesmo tempo.

Concluiu-se, ainda, que os Roteiros de Atividades mais procurados são referentes aos temas Matemática e Comunicação e Expressão. Os de Matemática são ainda considerados os mais difíceis, em virtude de alguns monitores não estarem aptos para realimentar a clientela e não realizarem, com os participantes, um trabalho sistemático de análise dos exercícios. Ocorre, também, uma grande dificuldade por parte dos alunos, na Matemática, em conjugar o Livro de Conteúdos (Roteiro) com o Livro de Exercícios. Vale ressaltar que foram apresentadas restrições ao Manual de Instrução, considerado pobre em orientações administrativas e inconsistente na parte pedagógica, sendo necessária sua reformulação a curto prazo.

Outro Roteiro também destacado foi o "Você pode aprender sem ir à escola", cujo objetivo é prestar esclarecimentos, aos participantes, sobre o Projeto. Observa-se que este material não vem sendo utilizado.

Para a fase de expansão, em cada município onde o PAD foi implantado, considerou-se necessário selecionar um monitor que, por seu trabalho de orientação e acompanhamento junto aos alunos, recebesse uma gratificação mensal fixa do MOBREAL.

Apesar de os critérios para a seleção dos monitores não terem sido alterados e a gratificação vir sendo reajustada ano a ano, essa é apontada como responsável pelo mau desempenho e pela baixa qualificação do monitor, tendo em vista não estar ele realmente exercendo a função de orientador de aprendizagem.

Devido à baixa gratificação, sem que as Prefeituras tenham condição de complementá-la, e ao atraso constante dos pagamentos, é difícil recrutar elementos qualificados e incentivá-los a permanecer no Projeto.

Em todas as fases do Projeto, a monitoria se constituiu de um

grupo relativamente jovem, com idade até 30 anos, do sexo feminino, apresentando como ocupações principais as de professor e estudante.

Na fase experimental, a capacitação dos elementos de campo envolvidos no Projeto foi realizada pelo HOBRAI Central. Já na fase de expansão, tanto essa capacitação quanto o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo monitor/COMUN ficaram sob a responsabilidade do SUSUG/Coordenação.

Os recursos humanos são capacitados no momento de implantação, treinamento básico, realimentações periódicas e encontros.

Em todas as fases de desenvolvimento do Projeto, a capacitação dos recursos humanos ficou prejudicada por determinados fatores, dentre os quais destacam-se:

- a insuficiência dos recursos financeiros para o período de treinamento/realimentação;
- a falta de pessoal qualificado para acompanhar e avaliar o Projeto;
- a dispersão dos agentes pelo Estado/Território;
- a falta de condições para dar assistência à zona rural.

Com relação a este último item, a monitoria volante e a submonitoria, estratégias montadas objetivando atender à população da zona rural, não se mostraram eficazes para solucionar o problema.

Foram levantadas, ainda, informações quanto a aspectos administrativos, que dizem respeito, basicamente, à implantação do Projeto e à interiorização do material.

São apontadas, como dificuldades mais comuns para a implantação do Projeto:

- o desinteresse do monitor e das COMUN;
- a falta de um planejamento de mobilização;
- o desinteresse da clientela, por não haver certificado;
- custos elevados para a utilização dos meios de comunicação;
- divulgação intensa apenas no momento da implantação.

A inoperância do monitor/COMUN, na zona rural, os problemas de acesso e transporte acentuam ainda mais essas dificuldades.

Quanto à interiorização de material não existem dados suficientes para que se possa fazer um histórico de como ela vem se realizando desde o início do Projeto. Porém, acredita-se que, na medida em que foi aumentado o número de Roteiros por aluno (atualmente são 23), foram crescendo as dificuldades para levar o material até os municípios.

Deve-se questionar em que medida a tentativa de fornecer aos participantes do PAD uma maior variedade de temas para estudo, não veio agravar, mais ainda, os problemas de operacionalização do Projeto.

De acordo com as informações coletadas, a interiorização de material é prejudicada por: dificuldade de acesso, falta de transporte, falta de local para estocagem, falta de apoio das Prefeituras.

Quanto ao acompanhamento e à supervisão, a grande maioria das informações indica que são precários, difíceis de executar e pouco eficazes, sobretudo na zona rural. Dentre as principais causas para a dificuldade de acompanhamento, estão:

- o retorno demorado ou não-retorno da clientela ao Projeto;
- a falta de transporte para a zona rural, onde se concentra a clientela dispersa;
- o estabelecimento de prioridade para outros Projetos;
- a sobrecarga e dificuldade de capacitação dos SA;
- a pouca disponibilidade e qualificação dos elementos das COMUN;
- a precariedade dos recursos financeiros.

A forma de controle utilizada atualmente apresenta problemas e terá que ser revista, a fim de que se torne mais operacional e permita informações reais. Isto deverá ser feito, principalmente, em relação à Ficha de Acompanhamento do Aluno e ao Relatório Mensal do Monitor, embora também na Ficha Geral de Inscrição de Alunos sejam necessários alguns ajustes, para a previsão dos casos de evasão.

Com referência à avaliação do PAD, pode-se dizer que ela não ocorreu de modo sistemático, na fase de expansão. Em função das informações obtidas através do acompanhamento, tentava-se fazer as correções possíveis, para um melhor desenvolvimento do Projeto.

Uma simples análise das conclusões apontadas pela reflexão crítica sobre o Projeto de Autodidatismo parece indicar que os maiores pontos de estrangulamento para o seu desenvolvimento estão vinculados, principalmente, aos seus objetivos — tanto gerais, como específicos —, ao atendimento minoritário à clientela prevista, à fragilidade da infra-estrutura que o suporta — monitores, acompanhamento e controle — e, ainda, ao contexto sócio-econômico e político vivido pela população alvo.

Esta abordagem de análise parte da proposta do Projeto e de sua apropriação pela comunidade, considerada a infra-estrutura de recursos humanos, materiais e financeiros da Instituição, na visão das Coordenações.

A proposta tem por base o oferecimento de cursos de curta duração, visando à iniciação ao trabalho, a partir da monitoria disponível nas comunidades (sem exigência de escolaridade mínima), por meio de uma metodologia flexível, que permita uma operacionalização ajustada às possibilidades de execução de cada local.

A infra-estrutura de recursos humanos, materiais e financeiros surge como suporte à operacionalização da proposta. Os dados levantados nas Coordenações apontam, entretanto, para problemas na seguinte direção: a irrisória gratificação da monitoria; a falta de condições das Prefeituras para complementar essa gratificação; a insuficiência de transportes para um acompanhamento mais direto; a ausência de material de apoio para os cursos; a baixa qualificação da monitoria; a pouca capacitação e o limitado envolvimento de elementos da COMUN; a interferência da Prefeitura na escolha da monitoria; o quadro restrito de elementos na Coordenação.

Estes foram os principais pontos de estrangulamento levantados pelas Coordenações, com relação ao Projeto. Em todo momento se faz presente a questão dos limites da infra-estrutura institucional, como fator fundamental — comprometedor da execução da proposta.

Esta, enquanto tal, foi questionada pelo grupo de reestudo segundo duas limitações básicas, que puderam ser percebidas a partir do depoimento das Coordenações:

1. ausência de articulação entre objetivos e metodologia;
2. ausência de articulação entre as possibilidades da proposta frente às limitações de infra-estrutura, anteriormente citadas.

Com base nestas duas linhas básicas de análise procurou-se refletir sobre algumas contradições observadas na fala das Coordenações. Assim, por exemplo, elogia-se a metodologia, que, por sua flexibilidade, permite uma operacionalização informal e, por isso, é considerada como altamente motivadora; por outro lado, no acompanhamento ao Projeto, esta mesma informalidade/flexibilidade da metodologia aparece como obstáculo, como dificultadora de um acompanhamento mais direto: é a velocidade de execução dos cursos (em decorrência da carga horária reduzida e da flexibilidade de sua distribuição), é a dispersão dos locais de realização dos cursos (é possível o desenvolvimento dos cursos até na casa dos monitores), exigindo mais ainda da infra-estrutura institucional, já bastante limitada.

É nesse sentido que, ao se observar, no depoimento das Coordenações, o papel atribuído ao monitor no desenvolvimento dos cursos, percebe-se que este se coloca mais como um reforço à infra-estrutura institucional do que como um elemento da comunidade propriamente dito. Assim é que os cursos oferecidos não são definidos em função das necessidades reais da clientela, mas a partir das possibilidades da monitoria disponível, e o monitor é o elemento que participa ativamente das etapas de divulgação dos cursos, mobilização dos alunos, etc.

Nesta perspectiva, tornam-se possíveis as seguintes observações:

1. Os problemas encontrados para se operacionalizar, informalmente, uma metodologia flexível, conduzem a uma "amarração" espontânea do Projeto em campo, centralizada na figura do monitor, que, na maioria das vezes, se torna uma extensão dessa infra-estrutura. É mais, as sugestões apresentadas pelas Coordenações se dão no sentido de consolidar a participação desses monitores como parte da infra-estrutura institucional e, deste modo, como ponto de "amarração" do Projeto, contrariando, com isso, o próprio princípio do Projeto — "Quem sabe mais ensina a quem sabe menos" —, pelo qual o simples domínio de uma técnica já habilitaria à monitoria de cursos. Neste sentido, por exemplo, é colocada a necessidade de ser proporcionado treinamento didático a esses monitores e, mesmo, de serem elaborados conteúdos básicos para os cursos.

2. A não-ocorrência de uma efetiva apropriação da proposta pela clientela, que, não sendo consultada sobre seus interesses reais, não participa das decisões quanto às alternativas de desenvolvimento do Projeto em campo.

Um outro aspecto de consequências graves na forma pela qual o Projeto vem sendo desenvolvido e apropriado, é o do não-atendimento exclusivo à população de baixa renda, tida como prioritária nas diretrizes de trabalho da Instituição. Atende-se, também, em alguns estados, majoritariamente, a uma população considerada de classe média.

Ao se analisar este aspecto — julgado de extrema importância — deve-se ter em mente, contudo, a proposta do Projeto. Ela não traz, em seu bojo — a exemplo do que ocorre com a proposta de alfabetização, na qual o adulto analfabeto já delimita uma área de atuação marcadamente carenciada —, a prioridade de atendimento a uma população de baixa renda. Pela proposta, os cursos oferecidos não caracterizam apenas uma necessidade da camada populacional de menor poder aquisitivo das comunidades em que são ofertados — é o mínimo que se pode afirmar.

Neste caso, então, seria necessário um efetivo trabalho, pela infra-estrutura institucional, no sentido de organizar e canalizar a proposta para a clientela de baixa renda. A partir daí, questiona-se:

Será que, se a infra-estrutura fosse considerada adequada para a mobilização desta camada da população, ela teria real interesse pela proposta? Isto é, até que ponto a oferta de cursos de iniciação ao trabalho pode resultar em benefício efetivo a uma população carente, para a qual o aproveitamento do conhecimento adquirido (que não assegura ingresso no mercado de trabalho) passa pela possibilidade, por exemplo, de aquisição de material mínimo básico e de matéria-prima (não garantidos pelo projeto)? Poder-se-ia, nesse caso, pensar em um trabalho de profissionalização a nível de programa de massa?

Não se está, aqui, invalidando o Projeto, mas sim verificando a quem, efetivamente, ele pode atender, com suas características e objetivos. Sendo considerado prioritário o atendimento a uma população de baixa renda, talvez se faça necessário serem revistos alguns de seus aspectos, bem como seus objetivos e, sobretudo, os recursos financeiros e materiais nele alocados.

PROJETO DE TREINAMENTO FORMAL

Inicialmente, faz-se necessário apresentar alguns fatos que dificultaram o trabalho de reflexão crítica sobre o Treinamento Formal:

. no que se refere à documentação existente na Instituição, foram poucas as informações encontradas, já que o trabalho com entidades de formação profissional não permitia um acompanhamento mais direto e sistemático pelo MOBRAL, havendo, ainda, pouco tempo de atuação na linha de conveniamento direto com a COMUN.

. quanto à análise dos relatórios de avaliação enviados pelas Coordenações, observou-se que:

- estas não se colocaram em relação a todas as questões formuladas, não havendo um único item que tenha sido respondido por todas. Por esta razão, não se pode considerar as conclusões apresentadas como o resultado das opiniões das Coordenações como um todo;
- algumas informações consistiam na reprodução de procedimentos relativos ao Projeto, não trazendo contribuição significativa ao trabalho;
- houve contradições em alguns relatórios, que enfocaram diferentemente o mesmo aspecto.

Mesmo considerando o exposto acima, convém ressaltar que o trabalho realizado pelas Coordenações foi de grande importância para a análise final do Projeto, cujas principais conclusões apresentamos a seguir.

Conforme observado pelas Coordenações, há boa aceitação do Projeto por parte da comunidade, tendo sido apontado que a quantidade de cursos oferecida é insuficiente para atender às solicitações de campo. Em função disso, as Coordenações se mostram receptivas, não questionando o interesse do mesmo.

Algumas Coordenações informam que os objetivos do Projeto vêm sendo atingidos, já que os cursos habilitam de fato para o exercício da profissão.

Quanto ao ingresso no mercado de trabalho, a maioria diz que não tem sido possível acompanhar os alunos após o treinamento. Mesmo assim, observam a dificuldade de absorção maior pelo mercado formal e o auxílio do BES em alguns casos. É importante registrar que o acompanhamento aos egressos dos cursos nunca foi solicitado pelo MOBRAL Central.

A informação das Coordenações de que os cursos pela metodologia de Ocupação Específica são mais procurados já havia ficado evidenciada quando da tabulação das propostas recebidas em 1981. Isto parece bastante coerente porque a metodologia por Famílias Ocupacionais oferece poucos cursos - e só nos setores primário e

secundário —, e a maior concentração de cursos ocorre na zona urbana.

Os problemas apresentados pelas Coordenações, como dificultadores do acompanhamento dos cursos, são os mesmos já levantados em ocasiões anteriores. Estão sempre ligados à ausência ou insuficiência de recursos humanos, materiais e financeiros. Torna-se necessário ressaltar que o ex-Programa de Profissionalização nunca foi prioritário para a Organização, o que ocasionou menor atenção por parte das Coordenações, principalmente no que se refere à supervisão. Esta constatação é reforçada pelo Relatório de Trabalho do SUSUG/79, onde as atividades da ex-GEPRO foram as últimas colocadas em relação às prioridades de trabalho dos Supervisores.

O desconhecimento de conteúdos técnicos sobre as diferentes ocupações, por parte dos elementos responsáveis pela implantação e pelo acompanhamento do Projeto, vem também dificultando o trabalho.

Quanto à clientela, apesar das orientações do MOBRAL Central, os cursos não têm sido sistematicamente ofertados aos alunos de PAF, PEI e PAD, salvo por poucas Coordenações e sem atingir contingente significativo de participantes ou egressos destes Projetos. Não temos, por outro lado, informações suficientes para precisar o perfil dos alunos que vêm frequentando os cursos.

Em relação ao conteúdo e à carga horária dos cursos, algumas Coordenações consideram adequados e suficientes. No entanto, há colocações no sentido de que a baixa gratificação do instrutor, aliada à forma de pagamento por aluno/programa, influi negativamente, ocasionando diminuição da carga horária e do conteúdo, o que, conseqüentemente, prejudica a aprendizagem.

De maneira geral, as Coordenações consideram positivo o fato de não existir uma metodologia preestabelecida no Treinamento Formal, fazendo com que o instrutor transmita, à sua maneira, os conteúdos, o que facilita a participação dos alunos e uma melhor aprendizagem. Contudo, 2 Coordenações acham necessário que se capacitem didaticamente os instrutores.

Acreditamos que, em relação a esse aspecto, uma atuação diferenciada, de acordo com as necessidades sentidas, venha a ser a solução mais adequada.

Quanto ao recrutamento de instrutores, as informações não surpreendem, já que são bastante conhecidos os problemas gerados pela baixa gratificação oferecida pelo MOBRAL e agravados pela melhor remuneração oferecida por outras instituições de Treinamento. Das 20 Coordenações que opinaram sobre a gratificação dos instrutores, 13 consideram-na insuficiente. O fato é agravado pela ausência ou insuficiência de remuneração dos elementos da COMUN, que acompanham o trabalho mais diretamente.

Apesar de algumas Coordenações contarem com grande apoio das comunidades, fica evidenciado, em grande número de relatórios, que os recursos destinados à compra de material de consumo são insuficientes, podendo comprometer a aprendizagem dos alunos. A sugestão para a compra de ferramentas necessárias aos cursos também parece pertinente. Em alguns casos, a cessão de local para realização dos cursos constitui dificuldade.

Quando se trata de conveniamento com as Comissões Municipais, esses problemas de infra-estrutura se tornam mais graves, se aliados à demora na análise e aprovação das propostas e à liberação de recursos pelo MOBRAF Central, retardando o processo e, às vezes, chegando a comprometer a realização dos cursos.

Quanto ao conveniamento com instituições de treinamento profissional, as Coordenações divergem sobre sua validade. As principais razões que levam a um posicionamento negativo são:

- . o grau de escolaridade dos alunos do MOBRAF é inferior ao exigido por estas entidades;

- . a interiorização dos cursos é dificultada pelo fato de as instituições não oferecerem cursos em certas localidades.

Acreditamos que as causas acima apontadas não inviabilizam a importância do trabalho com estas entidades. No entanto, são pontos que devem merecer especial atenção quando da operacionalização dessa articulação.

Finalmente, dois aspectos merecem ser ressaltados nesta análise:

- . os cursos de Treinamento Formal não vêm sendo freqüentados pelos alunos dos outros projetos da DISUP. A partir dessa constatação, nos perguntamos se não estão sendo levados em consideração os interesses dessa clientela para a definição dos cursos ou se os cursos selecionados não estão sendo dirigidos — em termos de escolha de local, estabelecimento de horários, divulgação etc. — a esses alunos;

- . as informações apresentadas pelas Coordenações deixam claro que as dificuldades sentidas para o desenvolvimento do Projeto referem-se às condições que o MOBRAF Central vem oferecendo para sua operacionalização, especialmente quanto aos aspectos administrativos (análise de propostas pelo MOBRAF Central, demora na aprovação de propostas, liberação de recursos, etc.) e aos recursos financeiros. Essas dificuldades não se referem, portanto, à validade do Projeto ou à sua não-aceitação pela clientela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apreciação dos documentos relativos à análise dos Projetos da DISUP situa, de imediato, a questão da sistemática até então adotada para a avaliação global da proposta educativa do MOBRAL e específica de cada um dos seus Projetos.

A existência de grandes lacunas não permite posicionamentos decisivos sobre a qualidade da ação que se desenvolve, principalmente em termos do nível de apropriação da proposta pela clientela a que se destina. Portanto, pode-se apenas falar de algumas tendências identificáveis nos Projetos em desenvolvimento.

Foi possível confirmar a hipótese inicial de trabalho, de um distanciamento acentuado entre a concepção inicial das ações educativas e o modo com que atualmente elas vêm ocorrendo.

Também se evidencia o fato de os Projetos desenvolvidos na área de Educação Supletiva correrem paralelamente, não guardando, entre si, relações significativas, do ponto de vista metodológico e operacional, que viessem facilitar um maior engajamento dos participantes e uma administração mais globalizada das ações desenvolvidas.

Nota-se, ainda, uma forte interferência negativa de questões relativas à infra-estrutura institucional, incluindo-se aí desde os aspectos financeiros até a atual estratégia de qualificação dos recursos humanos envolvidos na ação educativa.

Com o objetivo de ilustrar as observações feitas anteriormente, seguem-se considerações genéricas sobre os componentes dos Projetos que hoje constituem a oferta de Educação Supletiva do MOBRAL.

De um modo geral, os objetivos para eles propostos apresentam-se problemáticos, em função da sua própria linha de formulação, da amplitude de seus propósitos, da dificuldade da mensuração de seu alcance.

Em síntese, o que se confirma é um distanciamento entre a concepção das finalidades dos projetos educativos para adolescentes e adultos e o que, de fato, ocorre na prática.

A clientela do MOBRAL, na área de Educação Supletiva, é integrada, em sua maioria, por uma população de baixa renda — se bem que em níveis diferenciados de um Projeto para outro. Essa

diferenciação torna-se marcante a partir do PAF e é mais evidente no Autodidatismo e PETRA.

Poucas são as informações sobre a circulação dos participantes pelos diferentes Projetos de Educação Supletiva, já que a própria sistemática de controle e acompanhamento não apresenta mecanismos que permitam verificar em que medida efetivamente ocorre essa circulação.

Pelos poucos depoimentos existentes, depreende-se ser muito restrita a participação da clientela de um Projeto em outras ações na área supletiva. Isso parece se relacionar à defasagem entre os conteúdos dos Projetos, à não-correspondência entre a implantação — épocas de implantação distintas —, entre outros aspectos.

Tal fato vem conferir a esses Projetos um caráter desarticulado, dando origem a ações isoladas ou paralelas.

A proposta metodológica de cada um dos projetos não é questionada em si mesma, pelas Coordenações. Seus problemas operacionais são, no entanto, bastante evidentes.

A duração e a carga horária restrita dos cursos são alguns dos fatores ressaltados como de decisiva interferência no desenvolvimento dos Projetos, excluindo-se, dessa observação, apenas o Autodidatismo.

Conteúdo e material didático precisam ser reformulados, como consequência mesmo da redefinição dos objetivos da Educação Supletiva e também da necessidade de maior adequação à clientela, à realidade local.

A apreciação sobre os recursos humanos envolvidos nos Projetos remete prioritariamente aos seguintes aspectos: a pouca qualificação para o desempenho de suas funções, a existência de lacunas na sistemática de qualificação de agentes, assim como falta de uma metodologia mais adequada e motivadora.

A questão dos recursos humanos parece ser, de todas, a mais problemática interferência para o não desenvolvimento ótimo da ação educativa do MOBRAL. Assim é que, em todos os fatores até então considerados, esse aspecto esteve evidente.

As considerações a respeito dos recursos materiais estão muito relacionadas às características operacionais de cada projeto. Assim, para o PAF, PEI e PAD os maiores entraves referem-se

ã demora no envio do material ou a problemas quanto ã sua interiorização e estocagem. Para os demais Projetos, que não contam com um material específico, esse problema caracteriza-se pela dificuldade de se conseguir equipamentos junto aos participantes e ã própria comunidade.

No que se refere aos recursos financeiros destinados aos projetos, a problemática se situa na demora da liberação de verbas e nos fluxos administrativos, que envolvem esse item. São impeditivos de um melhor desenvolvimento dos projetos, na medida em que os limites de gratificação, ajudas de manutenção, aquisição de material de consumo, se apresentam bastante restritos.

As informações sobre a implantação dos Projetos refletem os problemas existentes quanto aos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis na Organização.

Em termos mais gerais, pode-se dizer que hoje já se perdeu, em muito, o sentido de mobilização para implantação dos Projetos, enquanto envolvimento da comunidade e busca de co-participação no acontecimento da ação educativa. Essa mobilização vem se traduzindo, atualmente, em recrutamento de agentes e participantes em épocas específicas, o que faz com que esse trabalho acabe sendo eventual.

Os dados sobre avaliação apresentam-se insuficientes para se apreciar convenientemente os resultados da proposta educativa que vem sendo desenvolvida junto a adolescentes e adultos. Tal fato se relaciona intimamente aos próprios objetivos dos projetos que, por sua amplitude, extrapolam os limites de uma ação meramente educativa.

De um modo geral, conclui-se que existe um grande distanciamento entre a prática educativa atual e sua concepção, que previa ações inter-relacionadas em termos de educação geral e formação especial, permeadas pela dimensão cultural de todo o trabalho junto a adolescentes e adultos.

No entanto, as causas desse distanciamento não podem ser localizadas apenas no âmbito institucional, se não também relacionadas às próprias características da realidade que circunscreve a ação educativa.

A N E X O

MATERIAIS QUE COMPÕEM O ESTUDO SOBRE CADA PROJETO:

PAF

- . análise das informações enviadas pelas Coordenações;
- . conclusões sobre os dados das Coordenações;
- . conclusões, incorporando dados sobre pesquisas relativas ao PAF;
- . documento de análise do Material Didático do PAF.

PEI

- . análise dos Relatórios Trimestrais das Agências Pedagógicas - 79/80/81;
- . análise dos Relatórios dos Miniencontros de APEDE - 80;
- . análise das informações enviadas pelas Coordenações;
- . análise da Pesquisa "Estudo sobre o PEI";
- . conclusões;
- . recomendações;
- . anexos

PAD

- . análise dos Relatórios Trimestrais das Agências Pedagógicas - 79/80/81;
- . análise do Encontro Nacional de APEDE - 79;
- . análise da Pesquisa "Estudo e Acompanhamento do Autodidatismo - Fase Experimental";
- . análise da Pesquisa "Estudo sobre o Programa de Autodidatismo - Fase de Expansão";
- . análise das informações enviadas pelas Coordenações;
- . conclusões;
- . sugestões e recomendações;
- . anexos

PETRA

- . histórico;
- . análise das informações enviadas pelas Coordenações;
- . síntese da visão das Coordenações;
- . conclusão;
- . anexos;
- . sugestões

TF

- . análise das informações enviadas pelas Coordenações;
- . conclusões;
- . análise da Lei 5.692/71 e do Parecer 699/72;
- . sugestões

PROJETO UNIVERSITÁRIO DE EDUCAÇÃO

NÃO - FORMAL

I - INTRODUÇÃO

01. Os projetos universitários de educação não-formal são trabalhos intercambiados (universidades-população), onde se privilegia a participação popular. As ações desenvolvidas conjuntamente estão centradas nos interesses e aspirações próprios e concretos de cada população envolvida no processo; são programadas de forma participativa; são executadas através de metodologia gerada no próprio meio e amparada em seu contexto cultural. Estes projetos, em última instância, se radicam no âmbito dos movimentos sociais, dos quais passam a ser instrumentos de apoio.

02. Estes projetos têm como objetivos:

a) a nível da população

- obter ganhos e avanços na área do conhecimento, superando a fase do senso comum - elevando-o ao "bom senso" através de um processo crítico e da produção de novos conhecimentos;
- contribuir, politicamente, para a produção de uma consciência menos ingênua e mais crítica, capaz de engendrar a transformação social e uma nova história, em exercício pleno de cidadania;
- fortalecer a organização popular, em diferentes níveis, e os mecanismos próprios de sua auto-sustentação.

b) a nível da universidade

- dar atenção maior para a maioria absoluta da população brasileira, quebrando a ótica de uma universidade elitista e não comprometida com quem a sustenta;
- assumir a tarefa constante de ser consultora e assessora da população e de suas organizações e de suas organizações representativas;
- gerar outras metodologias de educação popular, oriundas de uma prática consistente e resultante de uma teoria que se constrói permanentemente;
- superar o conceito tradicional de extensão - ligado à prestação de serviços relacionados com as políticas sociais do estado - atingindo um estágio de produção de conhecimentos com objetivos genuinamente educacionais, condizentes com as necessidades básicas da população.

03. Caracterizam-se, estes projetos, institucionalmente, como acordos da universidade com as organizações populares - tendo como base uma proposta comum de ação; visam a educação popular, de um lado, e a educação de estudantes e professores, por outro - alimentando e contribuindo para um redimensionamento da atividade acadêmica; definem-se claramente por uma transformação social, na conquista de uma nova sociedade.

04. Os projetos de educação não-formal existentes hoje na universidade (Santa Maria, Santa Catarina, Niterói, Paraíba, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Ouro Preto) tiveram sua origem e seu estímulo primeiro no MEC/SEPS, através da Subsecretaria do Ensino Supletivo, que buscava (1982) novas metodologias no trabalho de educação de adultos e que implementava programas de aprimoramento educacional.

05. Inicialmente, foi muito difícil conquistar as universidades para este trabalho. Mesmo porque ele envolve compromissos permanentes com as populações. Os grupos envolvidos, nas várias universidades, foram sendo trabalhados quase que artesanalmente. Havia muito descrêdito em relação a proposta advinda do MEC, além da des -
confiança da falta de apoio financeiro duradouro.

06. Hoje, a maioria dos projetos gozam de solidez interna e obtiveram credibilidade por parte da população. Porém, a SEPS alterou sua posição inicial e não garante mais os recursos para o mesmo tipo de ação, tendo em vista suas prioridades hoje estabelecidas e voltadas para o ensino formal. Por esta razão, a sugestão de contatos com a SESu para se estudara viabilidade de passá-los para a linha de projetos ligados à área 2 - "Relacionamento da Universidade com a Sociedade" - constante da proposta NOVA UNIVERSIDADE.

PROJETOS ALTERNATIVOS DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL COM UNIVERSIDADES

II - SÍNTESE DOS PROJETOS

Propõem a integração da Universidade e comunidade nos aspectos concernentes à educação não formal, à troca de saberes, visando a melhoria da qualidade de vida em todos os seus aspectos.

As Universidades Federais de Goiás, Mato Grosso, Ouro Preto, Santa Catarina, Santa Maria, Paraíba, Ceará, Mato Grosso do Sul e Fluminense desenvolvem projetos de suplência, suprimento e qualificação profissional em 32 comunidades da zona rural e periférica, atendendo aproximadamente 85.000 pessoas. Estão incluídos no programa as Associações de Moradores, Associações de Bairros, Centros Comunitários e entidades religiosas. As propostas são formuladas atendendo aos anseios da comunidade, valorizando a cultura local, facilitando o processo de conscientização e organização das comunidades envolvidas na busca da transformação social.

Pretende-se expandir a ação dos Projetos para mais 18 localidades, totalizando 50 comunidades, para um atendimento direto e indireto de 110.000 pessoas.

II SÍNTESE DOS PROJETOS

UNIDADE FEDERAL DE GOIÁS

A UFGO propôs, para a sua integração no Programa de Educação Não-Formal da SES/MEC, estimular, alimentar e dinamizar experiências, em curso, voltadas para o atendimento de populações de baixa-renda.

Inicialmente, integrou-se ao Programa: - o Projeto Comunidade Vida Nova, de iniciativa da Vila São José Bento do Cottolengo, na cidade de Trindade, Goiás. Com recursos da SES/MEC estão sendo criadas oportunidades educacionais através do trabalho. Depois o Projeto Itatiaia, uma proposta do Departamento de Medicina Preventiva do Instituto de Patologia Tropical, de atuar em comunidades situadas nas imediações do Campus II da UFGO. Este projeto formaliza-se como ação interdisciplinar e multiprofissional; assumida por di-

ferentes departamentos da UFGO sob coordenação da Pró-Reitoria de Extensão, num processo consciente de integração para o desenvolvimento comunitário. A participação da comunidade se faz presente em todas as etapas do planejamento, ou seja, seleção de prioridades, elaboração e apreciação de sub-projeto, execução e avaliação dos mesmos.

Por responder a necessidade imediata de vida e trabalho da população, as ações configuram-se em vasta gama de atendimentos, que a UFGO vem acompanhando, registrando e sistematizando.

Como extensão do projeto original, iniciou-se em Abadiânia, interior de Goiás, um trabalho integrado com a Prefeitura Municipal que vem procurando desenvolver uma administração com o envolvimento das pessoas da comunidade. O aspecto educacional sendo colocado em destaque, docentes da UFGO vem atuando junto à rede de ensino do município tanto no que se refere a preparação de seus recursos humanos como na ampliação da sua base física.

No intuito de integrar a Universidade com a Comunidade o Programa de Educação Alternativa, proposto pela UFG, para 85, dá continuidade as ações iniciadas em 1982.

PROJETO ITATIAIA - GOIÂNIA - Periferia.

- Assessoramento técnico-pedagógico às Escolas de 1º grau: Waldemar Mundim; João Braz e Colégio de Aplicação beneficiando 3.000 alunos.
- Treinamento de professores,
- Atenção ao Pré-escolar - área de saúde.
- Teatro - no desenvolvimento comunitário.
- Educação Física - na Escola e Comunidade.
- Hortas e Pomares - Incentivo à formação nas Escolas e domicílios
- Odontologia Social - Atendimento ao Pré-escolar.
- Educação Sanitária. Levantamento Parasitológico.
- Jornal Comunitário - Elaboração, impressão, distribuição.
- Cine Clube - Dinamização

- Biblioteca - Dinamização.
- Saúde Pública - Orientação.
- Criação do Centro Cultural - Apoio.
- Curso de Serigrafia.

COMUNIDADE	ESCOLAS	CLIENTELA ATENDIDO	CLIENTELA BENEFICIDO	VERBA 85 EM 1000
02	03	10.320	25.000	45.000

PROJETO COMUNIDADE VIDA NOVA/TRINDADE/GO.

- Organizar e funcionar atividades geradoras de renda na Comunidade Vida Nova.
- Curso de Suprimento:
- Marcenaria
- Artesanato em couro
- Artesanato em tecido
- Horticultura
- Fábrica de tela
- Orientação Extra - Classe aos alunos da Produção.
- Cooperativa - reorientação
- Agente da Comunidade - Treinamento
- Lavoura Comunitária
- Lazer e Educação Física na Comunidade
- Associação de Moradores - Apoio
- Apoio ao Hospital para Deficientes da Vila São Cottolengo

COMUNIDADE	INSTITUIÇÕES	CLIENTELA ATENDIDA	CLIENTELA BENEFICIADA	VERBA 85 Em 1.000
03	03	3.000	10.0000	40.000

PROJETO ABADIÂNIA/GO

- Ação Educacional no Município de Abadiânia
- Treinamento de Professores da Área Rural
- Educação Física e Sociedade - Programa Escola - Comunidade
- Ciência e Educação - Transformação curricular
- Utilização do Video Cassete- Escola - Comunidade
- 4º ano normal - Formação de Professores
- Associação de Agricultores - Apoio
- Cooperativa- Apoio

COMUNIDADE	ESCOLA	CLIENTELA ATENDIDA	CLIENTELA BENEFICIADA	VERBA /85 EM 1.000
01	01	30.000	15.000	42.000

PROJETO CEPAIGO/GO

Propõe:

- Atividades Educacionais no Centro Penitenciário Agrícola Industrial de Goiás
- Apoio à Associação de Amparo e Proteção ao Reeducando (APAR)
- Produção e Comercialização de Calçados.
- Formação de Agricultores
- Implantação de Horta
- Curso de Alfabetização
- Curso de Artesanato - Produção e Comercialização
- Cursos de Marceneiro e Serralheiro - Produção e Comercialização

INSTITUIÇÃO	CLIENTELA	FAMÍLIAS	VERBA/85 EM 1.000
01	500 presidiários	1.000	15.0000

PROJETO MORRINHOS/GO

- Proporcionar atividades geradoras de Renda e Cursos:
- Artesanato em Couro, Madeira e Argila
- Corte e Costura
- Mini Confeccção
- Cultura da Mandioca
- Fábrica de Farinha.

COMUNIDADE	INSTITUIÇÃO	CLIENTELA ATENDIDA	CLIENTELA BENEFICIADA	VERBA/85 EM 1.000
01	01	914	4.500	30.000

PROJETO VILA BOA

Propõe

- Conclusão de cartilha elaborada com participação da Escola e Associação de Bairro.
- Impressão de 300 cartilhas
- Apoio à Associação de Bairros
- Curso de enrolamento de motores elétricos.

COMUNIDADE	INSTITUIÇÃO	CLIENTELA ATENDIDA	CLIENTELA BENEFICIADA	VERBA/85 EM 1.000
01	02	400	1.500	28.000

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Desde 1982, o Centro Pedagógico de Barra do Garças, vinculada à Universidade Federal de Mato Grosso, vem desenvolvendo atividades de educação supletiva na região. A ênfase deste trabalho está na elaboração de uma proposta alternativa para implementação da educação supletiva em comunidades carentes do Médio Araguaia.

A partir desta vivência o Centro propôs levar estas ações à outras localidades do seu raio de abrangência. A implantação dos trabalhos visou atender as solicitações das comunidades periféricas.

Atuando fora do seu campus a UFMT tem voltado suas ações objetivando prover às comunidades o suprimento das carências locais no que diz respeito à melhor utilização dos recursos naturais locais, bem como motivar estas para auto-gerências dos recursos de que se dispõe.

Para 1985 as ações da UFMT são voltadas para os Municípios de Serra Azul, Cárceres e Arenópolis em MT e Pimenta Bueno, em Rondônia.

O Projeto Serra Azul, visa dar continuidade as ações de suprimento, iniciadas em 1982, atendendo direta e indiretamente 3.000 pessoas, envolvendo, 4 comunidades: Barra do Garças, Campinápolis, Vale dos Sonhos e Aragarças.

Em Barra do Garça ênfase será dada a organização de pequenos grupos produtivos, reforçando os já existentes. As atividades, como cerâmica, bordado à máquina, costura comunitária, confecção e pintura em gesso, serão desenvolvidas. As ações na área de saúde, serão redimensionadas, visando a ação de um pequeno grupo que atue junto à população.

Apoio será dado ao Plano Integrado de Assistência ao menor - PIAMF em Vila Santo Antonio e Vila São Sebastião, através de montagens de viveiros de mudas de árvores frutíferas e ornamentais e da montagem de uma fábriqueta de brinquedos pedagógicos, envolvendo adolescentes acima de 14 anos.

Em Campinópolis, as ações visam fortalecer as associações de Bairro na organização de grupos de produção artesanal, de pequenos agricultores, além de um trabalho na área de saúde pública articulado com Barra do Garça.

Em Vale dos Sonhos, as ações de suprimento, com perspectiva comunitária, fortalecerão as atividades hortigranjeiras. A Escola local será envolvida no projeto através do apoio pedagógico à diretoria e professores visando na aproximação, uma maior integração Escola - Comunidade.

Em Aragarças, as ações serão realizadas na periferia Urbana, visando reforçar grupos de artesanatos, horta comunitária além de apoiar e assessorar ações de suplência a nível de 1º grau da Escola mantida por uma instituição Maçônica, voltada para educação de adultos.

Em Cárceres, as atividades, voltadas para a área da saúde, objetiva desenvolver um processo de educação continuada aos funcionários das Unidades Sanitárias da região, através da formação de recursos humanos, da implantação de Educação em Saúde nas Unidades Sanitárias, e da Organização de Conselhos Comunitários no setor saúde.

O Projeto de Arenópolis, consiste na continuidade de ações que resgatam a memória de Arenópolis por grupos locais; na promoção de ações educativas, através de horta escolar, caseira e comunitária, integrado escola - comunidade; no treinamento de professores rurais visando a melhoria do processo educacional nas classes uniseriadas e de educação de adultos; no reforço ao trabalho em grupos produtivos de artesanato proporcionando a melhoria da qualidade de vida.

Em Rondonópolis - Pimenta Bueno, as ações do Projeto, giram em torno da caracterização das relações e técnicas de produção e cultivo com ênfase as pequenas propriedades rurais e da organização de cursos e reuniões possibilitando o Cooperativismo, a fixação do homem a terra e a melhoria da qualidade de vida.

ENVOLVIDOS PROJETOS	COMUNIDADE	INSTITUI- ÇÕES	CLIENTELA ATENDIDA	CLIENTELA BENEFICIADA	VERBA 85 DE 1.000
SERRA AZUL	04	05	3.000	12.000	50.000
CÁRCERES	01	02	1.500	5.000	25.000
ARENÁPOLIS	01	03	1.800	7.000	35.000
PIMENTA	01	02	1.200	5.000	20.000

PROJETO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE E DESENVOLVIMENTO

O CEPED é um órgão vinculado a UFMT, com sede em Barrado Garça, voltado para a Educação de Adultos, Comunitária, Popular e Supletiva. Objetiva apoiar concretamente um conjunto de ações na área de Educação Não Formal, que vem sendo desenvolvidas em 10 Universidades

A proposta do CEPED compromete-se com o desenvolvimento sócio-político-econômico cultural do homem e com a geração de metodologia alternativas para o desenvolvimento de uma sociedade auto-sustentada.

As ações para 1985 se concretizarão através da produção de Seminários, Encontros, Simpósio, Palestras originados das necessidades dos projetos das Universidades; editoração da Revista Cadernos de Educação Permanente; preparação de recursos humanos na área; cooperação e assessoria técnica aos programas dessa natureza ligados as Secretarias de Educação do Centro-Oeste.

INSTITUIÇÕES	CLIENTELA ATENDIDA	CLIENTELA BENEFICIADA	PUBLICAÇÕES	TIRAGEM	VERBA /85 EM 1.000
01	200	85.000	03	12.000	100.000

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Envolvendo alunos e professores voltados para a construção civil a UFOP, pelo Instituto de Artes e Cultura (IAC), vem desenvolvendo trabalho de educação de jovens e adultos já excluídos definitivamente da escola formal, na periferia de Ouro Preto, de maneira informal com vistas à preparação de mão-de-obra para a área da construção civil. Recuperando técnicas tradicionais de construção e observando processos de transferência de tecnologia alternativa, vem respondendo tanto a necessidades individuais de habilitação para o mercado de mão-de-obra local quanto à aspiração comunitárias pela construção e recuperação de Centros Comunitários.

Para 1985 a UFOP, através do IAC e Escritório Piloto dos Estudantes da UFOP propõe:

- Apoio a Associações de Moradores dos Bairros: São Cristovão, Morro do Cruzeiro, Piedade e Padre Farias.
- Recuperação e dinamização de Centros Comunitários.
- Cursos; Artesanato; Corte e Costura; Construção Civil; Alfabetização de Adultos; Culinária; Nutrição Horticultura; Educação Sanitária; Carpintaria.
- Apoio e incentivo as atividades sócio-culturais recreativas.
- Integração com Escola de 1º grau do Bairro de São Cristovão.
- Incentivo ao desenvolvimento de atividades econômicas alternativas.

COMUNIDADE ENVOLVIDAS	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS	CLIENTELA ATENDIDA	CLIENTELA BENEFICIADA	VERBA 85 EM 1.000
10	05	3.000	13.000	50.000

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

A UFSK optou uma participação enfatizando o meio rural catarinense desenvolvendo trabalhos nas comunidades de Costa da Lagoa, um vilarejo situado na Ilha de Santa Catarina, de acesso apenas por mar, cuja população vive da pesca e de pequenas plantações feitas de forma artesanal, 2.000 pessoas moram nesta localidade; Antonio Carlos, município da região da Grande Florianópolis distante 30 Km da capital. De colonização alemã, conta com uma população de 1000 habitantes; Costeira do Pirajubaê, situada a meio caminho entre o centro da cidade e Florianópolis e o aeroporto Dr. Hercílio Luz, com 20.000 pessoas, Lajes, município no qual a universidade trabalha em convênio com o Instituto São João Batista Vianei, visando assisti-lo no seu trabalho de formação técnica e de lideranças para jovens agricultores, mantendo um assistente para colaborar com o instituto.

O Projeto é desenvolvido por um grupo de professores do Centro de Ciências da Educação, do Centro de Ciências Agrárias e do Centro de Ciências Humanas, participando alunos de outros Centros da Universidade.

A metodologia de atuação leva em conta o envolvimento do pesquisador com a realidade vivencial da população a ser trabalhada, de modo a tentar explicar as várias conotações expressas nos anseios destas comunidades, com o objetivo de formular uma metodologia de pesquisa e planejamento participativo comunitário que possa ser utilizadas pela próprias comunidades com vistas ao seu desenvolvimento.

O compromisso fundamental do grupo engajado no projeto, é não levar um saber constituído, mas que todas as ações partam da própria necessidade das comunidades.

Um vasto elenco de ações são desenvolvidas nos projetos como:

- Recuperação da memória histórica
- Organização de grupo social de base
- Organização de hortas domiciliares
- Valorização da medicina caseira
- Priorização da mão de obra local

- Adequação da Escola à realidade local
- Reorganização do Clube 4 s formado por jovens filhos de agricultores
- Incentivo à Psicultura e Apicultura
- Formação do Tanques de Peixes e Casa do Mel
- Orientação sobre a utilização de fontes alternativas na lavoura
- Apoio e orientação às cooperativas
- Organização de comercialização de produtos horti-granjeiros
- Integração, articulação e apoio à Grupos e Associações existentes
- Cursos de Suprimento em diversas áreas de Artesanatos e Trabalhos Manuais - Produção e Comercialização
- Organização de área de lazer.

COMUNIDADE	INSTITUIÇÕES	CLIENTELA ATENDIDA	CLIENTELA BENEFICIADA	VERBA /85 EM 1.000
05	05	6.000	24.000	117.000

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA - FAPUE/UFSC

PROJETO DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS DE
EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Em outubro de 1984, foi proposta à SES/SEPS/MEC um projeto de acompanhamento e avaliação sobre os trabalhos de Educação Supletiva realizados por algumas universidades federais, visando basicamente se aquilatar o grau de desenvolvimento em que se encontravam, a repercussão deste trabalhos junto às comunidades e no próprio âmbito da universidade, bem como a preocupação destes agentes na geração de novas metodologias mais adequadas a um trabalho de educação de adultos, numa perspectiva do não formal.

Os procedimentos metodológicos adotados no Projeto de Avaliação e Acompanhamento, onde se privilegiou o intercâmbio de consultores entre os projetos universitários, possibilitou uma postura de franca colaboração entre os vários projetos e até mesmo a aprendizagem recíproca.

A diversidade de ações desenvolvidas pelos projetos universitários tem possibilitado um rico encaminhamento metodológico, que aponta para estudos mais detalhados sobre os conhecimentos já produzidos e introduzidos a todos para a percepção de outras estratégias diferentes das usuais.

As comunidades atingidas por estes trabalhos assumem cada vez mais sua autonomia e demonstram um grau de participação significativo, postando, assim, com mais naturalidade a função da universidade, a quem é delegado o papel de contribuir na reflexão das ações e oferecer respaldo técnico quando necessário.

Este trabalho, levado a efeito pelas Universidades, se constitui em exercícios de relevância e se soma a outras iniciativas a nível de educação popular, em todo o Brasil. O conjunto destes Projetos, pois, merece uma análise sistemática, capaz de produzir resultados que alimentem outras experiências. Desta avaliação e deste a -

Há um documento sobre a avaliação.

companhamento há de surgir uma contribuição valiosa, não só para os próprios projetos em si, mas também na redefinição de diretrizes para outros programas oficiais.

UNIVERSIDADE	PROJETOS	COMUNIDADES	CLIENTELA BENEFICIADA	VERBA /85 EM 1.000
09	11	32	85.000	90.000

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

A UFSM vem atuando no sentido da integração com sua área geo-educacional. Mantém desde assistência judiciária à população carente até uma rede de ambulatorios na periferia de Santa Maria e unidades volantes nos distritos do município. Com larga competência nos campos do conhecimento voltados para o meio rural, e conhecedora dos problemas que afetam sua região, como minifundiarização crescente, empobrecimento dos solos, migração acentuada, propõe-se a detectar e atender necessidades educacionais, sócio-culturais e econômicas da sua população rural na suplementação de noções que venham propiciar o atendimento às necessidades básicas de desenvolvimento pessoal e comunitário.

Iniciando os trabalhos em 1982, com o Projeto Boca do Monte, em 21 localidades, amplia sua atuação com o Projeto Sinuelo para outros distritos, visando o treinamento de mão-de-obra rural em tecnologia agropecuárias adequadas às atividades tradicionalmente mantidas nas comunidades rurais.

Obedecendo a solicitações concretas dos produtores da região vem oferecendo cursos rápidos de treinamento, como alternativa que resulte em qualificação técnica do produtor, evitando violentar valores e procedimentos arraigados.

Ao final da experiência como o primeiro projeto, dos treinamentos e como consequência do processo de interação Universidade-

Comunidade, os produtores, espontaneamente, formaram núcleos comunitários e uma associação distrital que, sem solicitação de recursos externos, estuda e busca soluções para problemas sócio-econômicos. Os recursos animaram a Universidade a estender esse tipo de ação a outros distritos, na tentativa de, a médio prazo, atuar como agente catalizador de futuros processos espontâneos.

As ações dos projetos consistem no:

- Apoio às Associações e Cooperativas Agrícolas da área rural.

- Cursos de qualificação e treinamento identificados com as áreas Sócio-Cultural Educacional e Ecológica

- Apoio as atividades de saúde e nutrição

- Cooperação na construção de saneamento básico

- Apoio a criação de grêmio estudantil e Círculo de Pais e Mestres

- Criação de cursos de Artesanato e Culinária com fins de produção e comercialização

- Apoio ao desenvolvimento agrícola

- Construção de apiário

- Manutenção e Uso Adequado de Máquinas e Implementos agrícolas.

- Conscientização e treinamento na utilização de agrotóxico.

- Conservação do solo.

- Cultura Hortigranjeira - apoio - cursos de treinamento e utilização de Professores Rurais de 1º grau e Agente Educacional.

COMUNIDADES ENVOLVIDAS	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS	CLIENTELA ATENDIDA	CLIENTELA BENEFICIADA	VERBA /85 EM 1.000
05	04	2.500	10.000	90.000

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

O Projeto da UFPB surgiu da necessidade do seu curso de mestrado em educação (Centro de Educação) por em prática a educação de adultos numa linha de educação comunitária.

O seu objetivo é apoiar experiências no campo das práticas sociais de grupos na periferia urbana de João Pessoa e na zona rural do Estado.

Uma das preocupações básicas consta em trabalhar de modo concreto o problema da participação, da organização e da capacitação dos grupos envolvidos. Divulgou-se em três momentos a atuação do projeto, a saber: problematização das situações procura de soluções dos problemas e avaliação da prática dos grupos envolvidos face às dificuldades encontradas.

A vivência no contexto das comunidades envolvidas evidenciou o desejo de conseguir-se uma participação mais efetiva entre a universidade e os grupos comunitários, sendo necessário a elaboração conjunta de estruturas educacionais alternativas, onde o universo cultural destas comunidades pudesse ser melhor desenvolvido.

A partir de então, a ênfase das atividades deu-se na busca destas alternativas, visando encontrar um caminho metodológico que expressasse de modo significativo a Educação de Adultos pretendida.

As atividades em desenvolvimento do Projeto de Educação Supletiva numa linha de Educação Comunitária são:

- Preparação das bases e lideranças do Movimento Sindical da Construção Civil.
- Cooperação e apoio aos Grupos Comunitários do ALBERGUE a partir de atividades produtoras.
- Marcenaria Comunitária em Alto do Céu.
- Apoio à Ação Comunitária no Açude das Pedras.

COMUNIDADES ENVOLVIDAS	INSTITUIÇÕES	CLIENTELA ATENDIDA	CLIENTELA BENEFICIADA	VERBA /85 EM 1.000
04	02	4.000	12.000	90.000

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

A Universidade Federal do Ceará - UFC vem desenvolvendo, desde janeiro próximo passado, um projeto de Educação Comunitária na periferia de Fortaleza, premida pela urgência de se contribuir para a modificação do quadro de extrema carência dessa população.

Este projeto tem como peculiaridade a não transmissão pura e simples do saber ou a definição de ações de modo unilateral. Seu compromisso é no sentido de contribuir com as comunidades de modo a que estas definam o trabalho de acordo com suas necessidades e interesses.

Assim, nos meses que antecederam 1985, foram realizadas reuniões com os moradores dessas comunidades das quais resultaram em uma série de ações ora em desenvolvimento.

Nos contatos e reuniões enfatizou-se a indubitável utilidade da organização de trabalhos que viessem absorver indivíduos marginalizados do processo produtivo, que viessem possibilitar treino profissionalizando, através do processo de reconstrução do seu saber no confronto com o saber acadêmico e que viessem congregar a todos numa experiência participativa concreta.

Entendemos a participação na perspectiva da ação pedagógica, ou seja, uma aprendizagem que deva ser exercitada com vistas à geração da autonomia comunitária. Uma aprendizagem que se fará na medida em que a comunidade venha a se apossar de seu instrumental de trabalho e, no esforço conjunto passe a administrá-lo e conduzi-lo segundo suas necessidades e interesses.

Somamos a estes fatores coexistente a esperança de que esta experiência se torne um núcleo crescente e irradiador da organização sócio-política da comunidade e fonte de formulação metodológica de pesquisas capazes de estimular a população a tomar decisões sobre suas próprias ações.

As atividades para 1985 são:

- Recuperação da memória histórica
- Conclusão e Ampliação da Sede de São Miguel
- Construção de Barco de Ferrocimento

- Projeto de Labirinto. (Bordado)
- Projeto de Confeção.
- Formação de agentes de saúde.
- Recuperação e construção de equipamento para as salas de aula, reunião e atividades produtivas.
- Apoio as Associações de Bairro.

COMUNIDADE ENVOLVIDA	INSTITUIÇÕES	CLIENTELA ATENDIDA	CLIENTELA BENEFICIADA	VERBA /85 EM 1.000
08	04	4.000	1.200	90.000

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL

A UFMS, através do Projeto Pariguás, visa organizar de forma participativa, o esforço da população rural e periférica urbana na busca de melhorias no nível de vida.

Inúmeras experiências realizadas em áreas pobres levam à conclusão de que as comunidades terão que ser organizadas para buscarem o desenvolvimento dentro de suas aspirações e condições próprias. Esta organização tem que vir de seus habitantes. Os técnicos deverão limitar-se à conscientização da população para seus próprios problemas e orientá-los para que elas próprias descubram as soluções mais ajustadas para sua situação.

Para evitar insucessos nos programas de desenvolvimento da comunidade carente é preciso adotar nova filosofia de trabalho. A tendência do técnico de "fazer coisas para o povo" tem que ser substituída pelo espírito de "fazê-las" com o povo". Quando a identificação do problema, o estudo de suas raízes e condições é feita "com o povo" a motivação para solucioná-lo estará presente e a possibilidade de sucesso está quase que garantida.

Um trabalho desenvolvido pela Universidade e outros órgãos baseado no enfoque do planejamento participativo tenderá a reeducar as pessoas envolvidas na valorização da cultura e da experiência acumulada durante anos a fio pelas populações, passando os apren

dizes a serem considerados também, como agente do processo e não apenas simplesmente como objeto.

Pretende a UFMS participar do esforço que desenvolvem os mais amplos setores da Comunidade Sulmatogrossense para não deixar à margem do desenvolvimento parcela tão significativa da nação brasileira.

As ações do Projeto desenvolvidas nos Municípios de Jaguari, no Distrito de Terenos e Município de Dourados, serão voltadas para:

- Treinamento de professores, monitores e agentes da comunidade para trabalho em campo.
- Cursos de curta duração em atividades econômicas-sociais para jovens.
- Qualificação e Treinamento prático de curta duração para pequenos produtores rurais.
- Apoio aos grupos locais e associações de moradores
- Desenvolvimento e apoio as organizações e órgãos comunitários.
- Reuniões e debates com a comunidade.
- Curso suprimento.

COMUNIDADES ENVOLVIDAS	INSTITUIÇÕES	CLIENTELA ATENDIDA	CLIENTELA BENEFICIADA	VERBA /85 EM 1.000
04	03	2.500	9.000	50.000

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

O Projeto Meio Ambiente e Educação Comunitária consiste no desdobramento dos subprojetos Meio Ambiente e Gestão Comunitária; problemas de educação ambiental no litoral Fluminense/Arraial de Cabos e reaproveitamentos de madeira em benefício de uma comunidade carente.

O subprojeto Meio Ambiente e Gestão Comunitária. Procura problemas de educação ambiental no litoral fluminense, estende-se a educação supletiva, visando a dinamização das atividades dos núcleos comunitários existentes, para que venham a exercer mais plenamente os direitos de cidadania no referente a gestão do seu patrimônio ambiental. A vivência educativa dar-se-á na comunidade de (Arraial do Cabo, colônia de pesca com 600 filiados) e buscará com modelo inspirador o evento denominado Cabildo Aberto que se desenvolve nas comunidades (de Zacarias e Barra de Maricá).

O subprojeto Reaproveitamento de madeira em benefício de uma comunidade segue a mesma linha norteadora do primeiro e consiste em desenvolver na comunidade de Grota do Surucucu em Niterói a consciência da importância social e econômica da madeira produzida pelo bairro de São Francisco.

As ações em desenvolvimento consistem na:

- Articulação com órgãos estaduais e municipais.
- Mapeamento de organização social.
- Levantamento e organização de memória local.
- Exposição, discussão.
- Cabildo Aberto em Cabo Frio.
- Preparação e divulgação de material didático sobre a utilização da madeira em São Francisco.
- Curso de treinamento para atuação e trato no reaproveitamento da madeira.
- Curso de treinamento nas podas das árvores do São Francisco.
- Seleção e reaproveitamento do lixo.

COMUNIDADES ENVOLVIDAS	ÓRGÃOS ENVOLVIDAS	CLIENTELA ATENDIDA	CLIENTELA BENEFICIADA	VERBA /85 EM 1.000
03	04	2.000	8.000	70.000

UNIVERSIDADE NA ROÇA/UFSC

O Projeto Universidade na Roça objetiva a viabilização do intercâmbio de conhecimento tecnológico gerado na Universidade com o saber popular possibilitando aumento da produtividade e melhoria na qualidade de vida do trabalhador rural.

No contexto da produção visa:

- Estudar tecnologias e instrumentais alternativas para a pequena propriedade rural, no sentido de efetivar sua viabilidade econômica;

- formular e implementar suporte técnico para a conservação de alimentos, visando inclusive a comercialização dos excedentes de perecíveis hoje não comercializados;

- encontrar saídas para a questão da comercialização, que se constitui hoje, para o pequeno produtor rural, como a algema de dominação;

- dar respaldo técnico à luta pela conservação e melhoria dos solos;

- viabilizar técnica e economicamente os setores de piscicultura e criação de pequenos animais;

- desenvolver um esquema barato de qualificação de sementes apropriadas à região;

- orientar o trabalho de um horto e viveiro de mudas de árvores frutíferas e de espécies nativas, com destaque para as melíferas - pois a região é grande produtora de mel.

No contexto social visa:

- aprimorar conceitos e práticas de sindicalismo rural e associativismo de pequenas comunidades;

- implantar práticas e programas de educação de adultos;
- estabelecer um programa de educação para a saúde;
- fortalecer os programas culturais já existentes e colaborar na geração de lazer para as comunidades rurais;
- utilizar o rádio para o fortalecimento de ações que contribuam para o desenvolvimento social, econômico e educacional das comunidades rurais.

COMUNIDADES ENVOLVIDAS	ÓRGÃOS ENVOLVIDOS	CLIENTELA ATENDIDA	CLIENTELA BENEFICIADA	VERBA /85 EM 1.000
05	07	8.000	20.000	200.000